



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MURÇA

29 DE JUNHO DE 2023

PRESIDENTE	António Augusto Ribeiro
1ª SECRETÁRIA	Cláudia Alexandra da Cruz O. G. e Vilaverde
2º SECRETÁRIO	César Lopes de Sousa Lourenço

LOCAL DA REUNIÃO	Auditório dos Paços do Concelho
-------------------------	--

MEMBROS PRESENTES	22 (última folha da ata)
MEMBROS AUSENTES	00 (última folha da ata)

HORA DE ABERTURA	14:30 Horas
HORA DE ENCERRAMENTO	17:45 Horas

PRESENÇAS CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE	Mário Artur Correia Lopes
VICE-PRESIDENTE	António Luís Marques
VEREADORA	Vilma Cláudia Ribeiro Pereira
VEREADORA	Ana Paula Rodrigues da Cruz

FALTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

VEREADOR	Joaquim Gomes Pinto
-----------------	----------------------------

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu início à sessão, começando por saudar todos os presentes e agradecendo a presença de todos.

Conforme preceitua a alínea c) do n.º 1 do art.º 30 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, declarou abertos os trabalhos desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Murça, do dia 29 de junho de 2023 e informou que como a sessão é ordinária, conforme art.º 20º, do regimento, vai ter os seguintes períodos:

Período de Antes da Ordem do Dia

Período da Ordem do Dia

Período de Intervenção do Público

Período Antes da Ordem do Dia

“Apreciação da Ata da Sessão Ordinária do dia 28/04/2023”

- A deputada do PS, Paula Catarino, cumprimentou todos os presentes e solicitou correção nas páginas 33 e 35, referindo que se refere a ela como deputada do PSD, devendo ser corrigido para deputada do PS.

Votação:

<i>Votantes</i>	<i>21</i>
<i>Abstenção</i>	<i>04</i>
<i>Contra</i>	<i>00</i>
<i>A Favor</i>	<i>17</i>

Deliberação: Aprovada por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se: “A 1ª secretária da AMM, Cláudia Vilaverde, o deputado do PSD, Pedro Carvalho, o deputado do PS, Alfredo Veloso e representante da Junta de Freguesia de Murça, Alexandre Faria.”

Declaração de Voto: “Por não terem estado presentes na sessão em apreço.”

_____/____/____

Leitura do Expediente
(Alínea b) do n.º 2 do artº 21º do Regimento)

- **O Presidente da Assembleia Municipal** informa os Srs. deputados, que a correspondência recebida se encontra na sala para ser consultada, fazendo o resumo do recebimento da mesma:

Santa Casa da Misericórdia de Murça:

- Convite para a Cerimónia das Comemorações do Centenário da Santa Casa da Misericórdia de Murça, dia 30 de junho 2023;

CVEL – Centro de Valorização de Eleitos Locais:

- Remete informação sobre sessão de valorização sobre o tema “ Administração Pública e Proteção de Dados: o caso das autarquias locais;

Protocolo do Estado:

- Remete convite para participar nas Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas / Peso da Régua;

ANAM:

- Remete informação sobre o envio da publicação intitulada, MUNICÍPIOS E SAÚDE – entre as ligações da COVID-19 e os desafios da descentralização;

Delegação de Murça da Cruz Vermelha Portuguesa:

- Remete convite para participar na Caminhada Noturna, que se realiza em 9 de junho 2023;

Junta de Freguesia de Murça:

- Remete convite para participar nas festividades do Santo António, que se realizam no dia 17 jun 2023;

Fundação INATEL:

- Remete informação sobre a abertura de candidatura para a 9ª edição da Aldeia dos Sonhos 2023;

CVEL – Centro de Valorização de Eleitos Locais:

- Remete informação sobre o curso breve “Assembleias Municipais e Capacitação dos seus Eleitos Locais, agendado para o dia 17/6/2023;

Eduardo Pinheiro:

- Justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 29/06/2023;

ANAM:

- Remete para conhecimento o regulamento dos PRÊMIOS ANAM;

Câmara Municipal de Murça:

- Remete propostas para inclusão na Ordem do Dia da sessão de 29/06/2023;

Presidente da Junta de Freguesia de Murça:

- Remete justificação pela ausência à sessão e delega a presença no Tesoureiro, Sr. Alexandre Faria;

Chefe de Gabinete da CMM, Dr. José Santos:

- Remete informação da Divisão de Planeamento e Gestão Urbana, relacionada com a intervenção na EN 15 (Eucalipto de Palheiros);

Vereador do PS, Dr. Joaquim Pinto:

- Remete justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 29/06/2023.

//

“Outros Assuntos de Interesse para o Município”

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, tomou a palavra para referir que relativamente à Proposta apresentada pela Bancada Parlamentar do Partido Socialista, na sessão de 28 de abril de 2023, sobre o Eucalipto de Palheiros, a mesma foi encaminhada para conhecimento e apreciação à Câmara Municipal e ao líder da Bancada Parlamentar do Partido Social Democrata. Deu nota que, por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi enviada à Assembleia Municipal uma informação da Divisão de Planeamento e Gestão Urbana, relacionado com este assunto que passou a ler e que a seguir se transcreve:

*“DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA
CÂMARA MUNICIPAL DE MURÇA*

ASSUNTO: Proposta apresentada pelos membros da Assembleia Municipal do Grupo Parlamentar do PS

INFORMAÇÃO

Foi, em 23 de maio do corrente ano, apresentado ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Murça, pelos membros da Assembleia Municipal do Grupo Parlamentar do PS, um pedido de intervenção na EN 15, na entrada da localidade de Palheiros, no sentido Murça – Mirandela, com vista à eternização de um símbolo que lá existiu durante décadas, o Eucalipto dos Palheiros.

Este foi por iniciativa das Infraestruturas de Portugal abatido, atendendo ao seu adiantado estado de deterioração, e punha em risco a integridade física de quem por esta via circulava.

Assim, atendendo a que se trata de uma intervenção sob jurisdição das Infraestruturas de Portugal, foi esta entidade por nós contactada com vista à concretização da pretensão dos membros da Assembleia Municipal.

Após a análise efetuada à intervenção e ao local, foi pela IP indeferido qualquer tipo de intervenção onde estava plantado o eucalipto, por se tratar de uma intervenção no intradorso da plataforma da estrada, muito próxima do betuminoso.

Eis o que me cumpre informar sobre o assunto.

Murça, 27 de junho de 2023

A Chefe de Divisão

Eng.^a Maria dos Anjos Lopes “

- O deputado do PS, André Lage, cumprimentou todos os presentes e referindo-se à informação da DPGU que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal acabou de ler, sobre a Proposta apresentada na sessão anterior, pela Bancada Parlamentar do PS da intenção de se realizar um memorial ao Eucalipto de Palheiros, agradeceu a informação prestada e disse que se as Infraestruturas de Portugal determinam que não pode ser edificado qualquer memorial ou qualquer objeto ficará sem efeito o memorial naquele espaço, no entanto, acha que se poderia refletir em alguma coisa, não obrigatoriamente naquele sítio. A Câmara Municipal e/ou a Junta de Freguesia, deveriam pensar numa forma de eternizar aquele símbolo.

Relativamente às intempéries e aos prejuízos que provocaram a queda da ponte, na Ribeirinha disse que, muitas vezes temos tendência a pensar na questão da manutenção destes equipamentos quando estas coisas acontecem e de modo algum, está a alegar a falta de manutenção que originou aquele derrube, naturalmente que a força da água foi a causa daquele prejuízo. Contudo, questionou o Sr. Presidente da Câmara que tipo de manutenção e monitorização é feita e se depois é vertido num documento/relatório, se essa avaliação existe, qual o balanço que é feito e quais são os resultados dessas avaliações.

Sobre o Crasto de Palheiros, questionou mais uma vez o Sr. Presidente da Câmara, se existe algum plano de atividades para aquele equipamento cultural, por forma a devolverem aquela infraestrutura, à servidão dos cidadãos. Sabe que existem deficiências estruturais naquele equipamento, mas gostaria de perceber se aquilo que está a atrasar fazer ali uma intervenção, tem a ver com questões de financiamento, questões financeiras, ou se tem a ver com um processo judicial aqui já mencionado pelo S. Presidente mais que uma vez. Quer saber qual o ponto de situação e ainda, se a Câmara também se constituiu como assistente naquele processo.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, disse que, relativamente ao memorial ao eucalipto, com certeza que na Câmara Municipal e na Junta de Freguesia, será abordado este assunto.

- O Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, cumprimentou todos os presentes e relativamente ao eucalipto de Palheiros, disse que aquela árvore diz-lhe muito e é muito importante, conforme se pode comprovar pelas inúmeras vezes que este assunto tem sido aqui debatido e ele, enquanto Presidente da Junta só tem que se sentir orgulhoso por ter existido uma árvore na sua freguesia com esta importância. Esclareceu, que já contactou o Sr. Presidente da Câmara propondo-lhe que entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal consigam fazer um memorial, tendo-lhe sido manifestada toda a disponibilidade. Obviamente, que não o irão fazer onde pretendiam, porque as leis do IP são claras e defendem que a visibilidade dos condutores é o mais importante, mas que irão arranjar um lugar adequado para o eternizar. Reitera que, para ele o eucalipto de Palheiros está para sempre eternizado porque faz parte do brasão da Junta de Freguesia e do brasão do Clube, um símbolo que jamais será apagado, pois consta das bandeiras e não é por o eucalipto ser abatido que aquele símbolo vai ser retirado. Quanto às cheias que ocorreram no Concelho, disse que viu pessoas a criticarem o Sr. Presidente da Câmara por não ter estado em Noura, mas esquecem-se que a trovoada começou em Jou e depois em Valongo de Milhais e foi para lá que ele foi. Mas, logo que a água arrasou a ribeira de Noura, tanto ele como os restantes elementos da junta estiveram lá. Ele próprio contactou o Sr. Presidente da Câmara, dando-lhe conta do que estava a acontecer na ribeira de Noura e ele respondeu-lhe que ele mesmo visse o que seria preciso e quando interromperam o trânsito na ponte de Noura, o Sr. Presidente da Câmara não estava presente, mas deu ordens para que os funcionários da autarquia levassem lá o gradeamento, para vedar o acesso à ponte. Disse não concordar com as críticas que fizeram, porque não têm de estar todos no mesmo sítio. O importante, é dividirem-se e procurarem ajudar a resolver os problemas quando estas tragédias acontecem. Infelizmente, pouco puderam fazer porque a tempestade foi muito forte e os prejuízos são enormes.

- O deputado do PS, Tiago Meireles, cumprimentou todos os presentes e referiu mais uma vez as Piscinas Municipais descobertas. Lembrou que na sessão anterior questionou o Sr. Presidente sobre este assunto e a resposta foi um pouco vaga, falando-lhe de um parque que está para aparecer, mas relativamente às piscinas, acabou por dizer muito pouco. Entretanto, soube que as piscinas foram alvo de alguma intervenção e que consta, que vão abrir. Questionou se isso é verdade, se já foi detetada a fuga que já tem alguns anos e se a mesma foi resolvida. Mais questionou, se os Protocolos de segurança já estão assegurados, nomeadamente a contratação de nadadores salvadores, uma vez que o Município, de momento, não possui qualquer técnico com essa formação.

- A Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Helena Teixeira, saudou todos os presentes e em nome da Bancada do PSD deixou um abraço solidário a todos aqueles que viram os seus bens totalmente destruídos pelas intempéries que ocorreram no final do mês de maio. A economia familiar foi seriamente comprometida e espera que o governo central encontre rapidamente uma forma de compensar estas pessoas, ao contrário do que aconteceu com o grande incêndio do ano passado. Desde a primeira hora que o município esteve ao lado das juntas de freguesia, para que a segurança e a circulação de pessoas e bens, fosse reposta. Sabe que foram acionados os serviços da Direção Regional de Agricultura, o ICNF e a APA para levantamento dos prejuízos e agora aguardam que os apoios solicitados sejam deliberados, conforme os anseios da população.

- A deputada do PS, Paula Catarino, relativamente à ponte da Ribeirinha e à ponte de Sobredo/Noura e aos danos causados pela intempérie, questionou o seguinte: A ponte da Ribeirinha caiu no dia 30 de maio, ou seja, faz depois de amanhã um mês. Segundo teve conhecimento, no dia seguinte à queda da ponte, foi dito que o exército na semana seguinte, viria em auxílio do município, para reparação da ponte. Acontece, que até à data a população da Ribeirinha ainda continua à espera da ponte e gostaria de saber o ponto de situação. Quanto à ponte de Noura/Sobredo, disse que faz diariamente aquele percurso na deslocação casa - trabalho e vice-versa e no dia da intempérie a mesma esteve encerrada. Porém, passadas cerca de duas semanas ela reabriu, sem que tenha havido qualquer intervenção. Questionou qual foi a entidade que encerrou e reabriu o trânsito da ponte e se foi feita alguma avaliação, para ela ser reaberta e em caso afirmativo, perguntou se existe relatório da avaliação quanto às condições de segurança que estiveram na base da normalização do trânsito. Abordou a falta de condições de segurança da Capela de Porrais, recordando que já tinha feito este alerta numa sessão anterior e que, na altura, foi-lhe dito que foi efetuada uma avaliação técnica e que a via se encontrava em condições de segurança. Atualmente, a Capela de Porrais encontra-se encerrada ao público religioso, desde o dia 9 de junho, por questões de segurança, considerando-se que se espera uma breve intervenção nas obras de restauro. Encontram-se a ladear a Capela umas grades com fitas e presume que será para evitar que as pessoas continuem a estacionar naquele local. No entanto, a parede exterior, do lado da estrada, encontra-se em risco visível de queda. Neste sentido, alerta mais uma vez, para o risco de ocorrer ali uma tragédia, até porque para além de ser a estrada principal da aldeia com bastante trânsito é paragem do autocarro, naquele local. Acresce o facto de nos encontrarmos a sensivelmente um mês e meio da festa anual que por norma quer as festividades religiosas quer as musicais ocorrem naquele local. Espera, sinceramente, que nada de grave ocorra, mas como diz o ditado "é melhor prevenir do que remediar". Abordou também o pagamento dos serviços, apelando mais uma vez ao Sr. Presidente da Câmara para que procure

modernizar o pagamento dos serviços prestados pelo Município. Se queremos fixar população devemos colocar à disposição dos mesmos, todos os meios que possam utilizar para que possam cumprir as suas obrigações com maior comodidade e celeridade. Assim, é seu entendimento que os munícipes possam efetuar o pagamento dos serviços municipais através de referências multibanco, ou transferências bancárias, débito direto ou qualquer outro método que permita cumprir a sua obrigação do pagamento mais célere, mais cómodo e mais seguro.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, Luís Filipe, cumprimentou todos os presentes e disse que, a sua intervenção vem no seguimento da Reunião da Assembleia de Freguesia, realizada no passado dia 27, onde através de proposta da Junta de Freguesia foi aprovado fazer uma homenagem ao falecido Doutor Afonso Rodrigues. Nesse sentido, aproveitou para dar conhecimento e informar que em breve será enviado a todos os presentes, bem como à população em geral o convite e respetivo programa, para estarem presentes na dita cerimónia de homenagem.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, saudou todos os presentes e leu uma intervenção, que se transcreve:

“Assembleia Municipal de Murça

Sessão ordinária – 29-06-2023

Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Dr. Mário Artur

Quero dar-lhe os meus sinceros parabéns pela homenagem que no passado dia 2 de junho, data das comemorações dos 70 anos da FEP – Faculdade de Economia Universidade do Porto. Para simbolizar esta data, foram também homenageados os 70 ex-alunos com relevância nacional. Entre muitos, constavam neste lote de homenageados nomes como o Dr. Miguel Cadilhe – ex-Ministro das Finanças e reputado economista; Dra. Elisa Ferreira – Comissária Europeia; Dr. José Roquete, reputado Empresário; António Filipe, Administrador da Symington, Fernando Frei de Sousa – Ex- Presidente da CCDRN; Dr. Mário Artur Correia Lopes, atual Presidente da Câmara Municipal de Murça e tantas outras figuras de relevo Nacional. Por tudo isto me sinto orgulhoso em o ter como amigo e como grande autarca que é.

Carlos Ramos da Silva

Deputado desta Assembleia pelo PSD”

Deu nota dos trabalhos da última reunião da CIMDOURO, que se realizou em Tarouca. Disse que, entre os diversos pontos foram aprovadas as contas referentes ao ano 2022 e aprovado por unanimidade a revisão das mesmas; foi eleito o novo secretariado, uma vez que o anterior secretariado caiu devido à passagem à reforma do 1º Secretário Sr. Domingos Manuel Alves Carvas.

Fazem parte do novo secretariado o Sr. José Manuel Campos Rodrigues; Bernardete Aires Silva e João Miguel Oliveira Santos. Votaram 35 deputados, tendo a lista A obtido 23 votos, tendo-se registado 11 brancos. Mais disse, que à Assembleia ainda debateu os novos sistemas para combater a intempérie. Ainda se falou sobre os atrasos da linha do Douro e as ações que a CIM tem tido nesta matéria junto do governo. Finda a reunião foi aprovada a Ata por unanimidade.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, saudou todos os presentes e relativamente à avaliação da segurança das infraestruturas municipais, essencialmente rodovia, obras de arte como pontes, aquedutos e outro tipo de situações que aí existem, aludiu que é um problema quase nacional e é uma discussão eterna. Mas, como diz o provérbio: “Depois da casa roubada trancas à porta”. Este é um problema que os municípios têm e que de alguma forma emitam o país como um todo. É uma situação que deve ser acautelada, porque obviamente quando se fala de vias municipais que têm as suas dificuldades devem estar bem sinalizadas, referindo que na estrada 314 na proximidade a Murça ocorrem acidentes naquele local porque a velocidade é excessiva. É muito difícil garantir que as pessoas circulem com segurança total porque também cabe ao condutor esse objetivo em termos de segurança. Não existe esse apanhado conforme deveria, contudo as situações vão sendo identificadas e avaliadas. Na sequência das enxurradas aproveitou para corroborar as palavras proferidas pela Presidente da Junta de Freguesia de Jou, dizendo que Murça passou por mais um período complicado. Disse que, procurou acompanhar o mais de perto possível, mas obviamente que não é onnipresente. A autarquia tem técnicos bem preparados e com bastante experiência a aconselharem-nos as melhores práticas, para que se possa cumprir o objetivo de termos o relatório criado. A divisão da Eng.^a Maria dos Anjos acompanha tudo o que é obras públicas. A nova função da coordenadora, Eng.^a Paula Mesquita que para além das questões da floresta também acompanha estas questões que vai identificando e alerta-nos, assim como a relação bastante estreita que existe com os Bombeiros Voluntários que nos vão apoiando, sempre que necessário. A própria Lei exige que os pontos críticos sejam identificados e sinalizados, tanto nas infraestruturas públicas como em todas as situações de perigosidade como é o caso dos incêndios. Essa avaliação deve existir de forma mais estreita e esquematizada num documento único. Quanto ao Crasto de Palheiros, respondeu que não se constituíram como assistentes no processo porque o processo apresentado pelos putativos proprietários, é com o Ministério da Cultura e não temos de desconfiar das ações do Ministério Público sobre esta matéria, mas a esperança que temos é que esse assunto esteja encaminhado como deve ser. No âmbito dos investimentos do Parque Regional do Vale do Tua foi apresentada uma candidatura para tentar suprimir algumas fragilidades, designadamente o reforço de energia ao local, uma vez que é determinante para que se possam desenvolver ali algumas ações.

Pretende-se também instalar um observatório de astro turismo que já está para acontecer já há algum tempo, mas que entretanto se tem atrasado por razões várias. Naquele espaço, já aconteceram algumas experiências bastante interessantes de observação das estrelas, no âmbito do Tua Arte Sky. Reitera que o Município deve ter todos os equipamentos do Concelho em rede e bem identificados, a fim de poderem ser visitados facilmente por quem o queira fazer, ajudando a promover e a valorizar a economia do Concelho. Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Alberto e à proposta do PS, disse concordar com aquilo que foi dito e que, obviamente, é possível eternizar aquele símbolo, sem precisar de se por em causa a segurança das pessoas. Respondeu à deputada Paula Catarino que relativamente à ponte de Noura/Sobredo pode circular com total segurança. A Ponte já tem décadas e pode estar aberta ao público. Quem fez a avaliação foi um técnico com muita experiência que já lhes deu outros pareceres, nomeadamente sobre o Auditório Municipal, onde escreveu que embora necessitasse de intervenção, o mesmo poderia ser reaberto, porque não está em causa a segurança em termos de infraestruturas e isso é importante. O Eng.º Manuel João Borges, nosso contrerrâneo foi quem fez a avaliação e disse que a ponte poderia ser reaberta e ser utilizada com total segurança. Disse que, na sequência dos incêndios na Freguesia de Jou e Valongo de Milhais há algum atraso com a verba do FEM. Aquela obra tem que ser feita com projeto, com financiamento bancário, tem de ser validada pelo Tribunal de Contas e ser aberto concurso público e tudo isto leva a prazos burocráticos que não podemos impedir. Relativamente à Piscina Municipal descoberta, disse que é um problema que não tem só a ver com o furo. O tanque de compensação daquela piscina é demasiado pequeno e uma coisa são as fugas por canalizações que estão deterioradas que, pelo que sabe, estarão minimizadas, mas o tanque de compensação é insuficiente para aquela piscina, pelo que ela será aberta no dia 1 de junho, com os técnicos que sempre tivemos a acompanhar. Contudo, existirão lá os editais que determinam as condições, para que aquele espaço possa funcionar como até aqui. Agradeceu o alerta do deputado Tiago Meireles, disse que procurarão cumprir com o que é exigido e esperam que aquele espaço não volte a ter problemas, porque se voltar a perder água e que ela faça falta para beber, não hesitará em encerrá-lo, como aconteceu no ano passado. Quanto às condições de segurança da Capela de Porrais, disse que este assunto já é antigo e que os preocupa, mas não podem interferir numa responsabilidade que não é direta do Município. No âmbito da Proteção Civil interferiram, ainda conversaram uma ou duas vezes com o Sr. Pedre Sérgio onde mostraram total disponibilidade, dentro daquilo que é possível, para apoiar a Comissão Fabriqueira enquanto proprietária do espaço e com a autorização do Sr. Bispo, pelo que não é certo que se tenha falado de segurança, quando já se procurou ultrapassar essa questão, antes. Reitera que, ele não pode chegar à Comissão Fabriqueira e dizer faça-se isto ou aquilo. O que podemos fazer é estar disponíveis para perante uma situação

verificada de menor segurança apoiarem as iniciativas que forem ali levadas a cabo. Entretanto, o Município recebeu, no passado dia 9, uma comunicação do Sr. Padre Sérgio dizendo que iria encerrar a Capela de Porrais e a solicitar que lhe disponibilizassem a escola, para as celebrações litúrgicas e nós mostramos total disponibilidade em colaborar. Sobre a questão dos pagamentos e de toda a relação à distância, reconhece que é uma guerra desde a primeira hora e não se justifica que o Município não seja moderno, é um objetivo procurar ter os recursos informáticos necessários, dotar os técnicos/colaboradores de formação necessária para que cumpram com essa obrigação e várias vezes esse assunto já foi discutido, mas o sistema contabilístico tem algumas particularidades que são significativas, porque o modelo do SNC condiciona toda a gestão da contabilidade orçamental e os pagamentos não podem entrar de qualquer maneira. Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Candedo, disse que subscreve completamente aquilo que referiu. O Dr. Afonso merece uma homenagem alargada a todo o Concelho. Ele era uma pessoa que gostava muito de Murça, que fez muito por Murça, mas as pessoas de Murça também gostavam muito dele, pelo que é totalmente justo que se faça esta homenagem. Quanto à intervenção do Sr. Carlos Silva, disse que obviamente não deixa de se orgulhar, mas responsabiliza-nos muito quando se faz parte de um grupo de gente com tanta importância. Com certeza que, passados 30 anos, é natural que se sinta vaidoso com este reconhecimento tão importante.

- O deputado do PS, André Lage, solicitou a palavra para dizer que se associa à mensagem de solidariedade da Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Helena Teixeira, solidariedade por todos os atingidos. De facto, os danos são imensos, diversos e pensa que os levantamentos estão em curso e como disse o Sr. Presidente da Câmara este tipo de acontecimentos não deve servir nem para retirarmos disto dividendos políticos nem para criticarmos o Governo só porque há uma oportunidade de o fazer. Devemos estar acima disto tudo e ele será a primeira pessoa a debater-se para que o Governo tome as medidas necessárias para compensar os agricultores e também para reposição das infraestruturas e de tudo aquilo que ficou destruído, inculto ou degradado. Obviamente, que estaremos a falar de investimentos avultadíssimos e muito complexos. Disse ainda que, o facto de ser eleito pelo PS não o impede de dizer que o Governo se tomar medidas como espera que o vá tomar, não faz mais do que a sua obrigação enquanto Governo da República em ser solidário com as populações de Murça e de outros territórios que também foram atingidos, procurando promover as medidas necessárias para compensar as pessoas, nomeadamente os agricultores. Relativamente aos incêndios e também aqui mencionado pela Presidente da Junta de Jou, considera que os apoios diretos aos agricultores foram parcos. Existiu a candidatura de reposição do potencial produtivo, que comparticipa um investimento elegível de 5 mil euros até

100%, mas houve pessoas que não tiveram condições de executar essas candidaturas ou de as elaborar ou simplesmente não quiseram retirar culturas permanentes, como por exemplo castanheiros ou oliveiras porque poderiam eventualmente recuperá-las e para que os critérios de elegibilidade da candidatura fossem cumpridos tinham de fazer plantações de raiz. Considera que houve falhas e espera que ainda possa haver correção desse tipo de medidas de ajudas diretas aos agricultores. Relativamente a outras medidas que foram promovidas e que foram alvo de assinatura de Protocolos, como é o caso da reposição dos equipamentos e infraestruturas municipais danificadas, estamos a falar num investimento elegível de 1.652 mil euros e sabe que a Câmara também tem que colocar a sua parte, como é evidente, mas estamos a falar de investimentos de 525.344 euros de comparticipação e estamos a falar do Contrato Programa assinado com o Fundo Ambiental da Agência Portuguesa do Ambiente e, portanto estamos a falar de uma série de apoios que foram disponibilizados. Neste sentido, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o andamento destes processos, não obstante toda a burocracia que há momentos referiu, gostaria de perceber quando é que os trabalhos irão estar no terreno.

- O deputado do PS, Tiago Meireles, respondeu ao Sr. Presidente que fica muito satisfeito pelo esforço que a autarquia está a fazer para que as piscinas voltem a abrir. É óbvio que elas têm muitos anos e que outros problemas podem aparecer a qualquer momento, mas o esforço que estão a fazer para que a população de Murça tenha um plano de água minimamente seguro é de louvar. No entanto, disse que não ficou esclarecido quanto ao facto de elas abrirem com ou sem nadador salvador, pedindo que esclarecesse esse pormenor.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, cumprimentou todos os presentes e disse que faz precisamente hoje um ano que aqui numa das assembleias chamou a atenção para a falta de iluminação das escadas do Bairro do Pinheirinho. Foi feito o investimento e o empreiteiro continua por resolver aquela situação. Sugeriu que, colocassem umas carradas de “*tout-venant*” no caminho que vai de S. Domingos à Ribeirinha conseguindo-se assim uma alternativa, nomeadamente para as viaturas maiores e nem seria difícil, até porque o material está no talude a estragar-se. Mais disse que, a Associação dos Agricultores da Ribeira de Noura também foi imensamente afetada com a intempérie, quer na Barragem quer no próprio projeto. Devido aos incêndios que aconteceram no ano passado é normal que continuem a acontecer estas enxurradas, porque ao não haver suportes/taludes nas linhas de água e sem vegetação nas zonas mais altas, facilmente as chuvas chegam às zonas mais baixas e com maior intensidade. Questionou o Sr. Presidente se a autarquia

está a encetar diligências no sentido de exigir que a hidráulica limpe ou deixe limpar, toda a extensão da Ribeira de Noura.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Renato Santos, cumprimentou todos os presentes e disse que, quando aconteceram as primeiras enxurradas estavam na Festa da Ribeirinha, no início da missa e começou a haver derrocadas e uma série de situações provocadas pela força das águas, causando o pânico a todos quantos lá se encontravam. De imediato o Município procurou ajudar pondo à disposição todos os recursos humanos e materiais possíveis e em pouco tempo a estrada que tinha ficado intransitável nos dois sentidos voltou a poder ser utilizada. Mesmo a chover torrencialmente, continuaram a ajudar e a resolver o melhor possível, procurando trazer alguma normalidade aquela população. Corrobora com aquilo que o colega Carlos Alberto referiu e disse que, também ele não concordar com as críticas que fizeram ao Sr. Presidente porque reconhece que desde a primeira hora, tanto ele como a Eng.^a Paula Mesquita estiveram presentes e mostraram total disponibilidade e apoio possível. O Sr. Presidente da Câmara nem sequer se coibiu em ligar ao Sr. Presidente da República, mesmo sabendo que a hora não seria a mais oportuna uma vez que já passava das 22 horas, dando-lhe conta da tragédia que mais uma vez assolava a nossa terra e a nossas gentes. Entendeu fazê-lo e o Sr. Presidente da República atendeu a sua chamada e solidarizou-se com as gentes de Murça, que mais uma vez se viam envolvidos em mais uma tragédia. Referiu que, desde aquele dia até então, houve acessos que ficaram muito comprometidos, mas com os recursos próprios têm procurado desimpedi-los.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, reconhece que, estas duas últimas intervenções vêm de encontro aquilo que ele tinha para dizer. É certo que depois dos incêndios a aldeia da Ribeirinha que está situada no fundo de um vale e que convergem para lá muito riachos e ribeiros e portanto, ele próprio é testemunha do quão assustador foi aquele momento. No entanto, verificou-se que se o escoamento das águas fosse possível e se o ribeiro estivesse limpo e sem todo aquele tipo de inertes, vegetação, etc. talvez a tragédia não fosse tão grande. Disse que ele estava numa parte mais alta e pode verificar que se iam criando barragens sucessivas ao correr do ribeiro e a partir daí, começou o desmoronamento de muros. Lembra que, antigamente havia o Guarda Rios que fiscalizava e diligenciava para manter os cursos de água em condições e hoje não existem, mas seria importante junto dos serviços competentes procurar sugerir para que o façam periodicamente e verifiquem as condições em que se encontram. Recorda que, enquanto Presidente de Junta não lhe deixaram mexer num ribeiro em Mascanho e numa situação de intempérie o ribeiro transbordou, desviou do curso e depois não o deixaram tapar para que o ribeiro voltasse ao seu curso, referindo que o ribeiro ao

percorrer aquele caminho estaria a percorrer o seu curso inicial e se alguém o tinha desviado teria a aguentar com as consequências. Referiu que, está tudo queimado e há muita madeira no local onde retiraram os pinheiros e se voltar a cair uma trovoadas, vai acontecer a mesma coisa.

Chegou à sessão o deputado do PS, Rui Ramos

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse concordar com aquilo que foi dito, relativamente à questão dos apoios, ou seja, não devemos nunca deixar de inventariar, identificar e de ter expectativas altas sobre os apoios que é urgente, é justo e é obrigatório que cheguem. Não é fácil, porque existem problemas por todo o lado, obviamente que os orçamentos são limitados no Município, nas Juntas de freguesia, mas também no próprio Estado. Também há regras, há questões de seguros que se levantam e tudo se questiona. É verdade que na primeira noite falei com o Senhor Presidente da República e com outras entidades, dando-lhe conta do que estava a acontecer. A Eng.^a Paula Mesquita está a preparar o melhor relatório possível e nós não podemos falar sobre questões da APA – Agência Portuguesa do Ambiente sem serem eles a validar, assim como as questões ligadas à floresta, sem o serviço do ICNF validar. As questões das infraestruturas municipais são connosco e esse trabalho está praticamente realizado. Quanto às questões da agricultura, referiu que é muito complicado e como o deputado André Lage falou a Medida 26.2.2 é um desastre completo. Eram 6 milhões disponíveis, concorreram para 3 milhões na Zona Centro e na Zona Norte e se calhar nem um milhão se vai gastar. Reitera que, a natureza tem que ser devidamente respeitada, porque no futuro teremos situações extremas, mais do que nunca e a questão das linhas de água são complexas. Veem-se linhas de água por todo o lado menos pelo local tradicional e se não deixam arrancar a vegetação ripícola é um problema, mas se ela é arrancada, também o é. Existem autarquias que já foram a Lisboa denunciar os protocolos anunciados, porque não é possível pô-los em prática com a rapidez necessária. Depois vêm as questões da contratação, onde a burocracia é quase impossível levar à prática a contratação daquelas medidas tão específicas que a APA tem. Conseguir contratualizar dentro dos prazos protocolarizados pelo ICNF ou com a APA é complicadíssimo porque não existem empresas para concorrer, porque mais uma vez a burocracia impera. Referiu que, não devemos estar indisponíveis para colaborar com as instituições que tutelam, mas é necessário que haja um sentido prático porque se não, é muito desgastante. Quanto à questão do Nadador Salvador colocada pelo deputado Tiago Meireles respondeu que se irá repetir o modelo do ano passado, se esse modelo tiver falhas então elas devem ser levantadas e corrigidas. Relativamente à questão da iluminação no Bairro do Pinheirinho, respondeu que nada pode falhar nessa matéria e que irão avaliar se existe falha do empreiteiro, porque se assim for, é necessário exigir que reponha o

que tenha que repor. Quanto ao caminho de S. Domingos regista a sugestão e irá falar com a USO – Unidade dos Serviços Operacionais da Câmara sobre isso. Quanto à limpeza, disse que já abordou o tema e que é na verdade bastante complicado. Quanto à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, disse que na verdade, foram momentos bastante dramáticos. Os operacionais do Município estiveram sempre disponíveis e prontos a ajudar, deixando a todos eles uma palavra de reconhecimento. À AFLODOUNORTE, aos BVM e a todos quantos colaboraram e ajudaram a minimizar os problemas que a tempestade provocou.

- O deputado do PS, Rui Ramos, saudou todos os presentes e pediu desculpa pelo atraso, referindo que lhe surgiu um imprevisto e que teve de o resolver de imediato.

Período da Ordem do Dia

1 – Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

2 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 30 de novembro de 2022;

(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

3 – Proposta 32/Gap/2023 – Autorização para início do procedimento tendente à alteração do pacto social e dos estatutos da sociedade “Escola Profissional do Marquês de Valle Flor, Lda.”, bem como do procedimento de transformação da referida sociedade em empresa municipal;

(nos termos dos artigos 22º -A e 32º, da Lei nº 50/212, de 31 de agosto e ulteriores alterações)

4 – Proposta 33/GAP/2023 – Abertura de Procedimento de Recrutamento para Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau. Divisão de Administração Geral;

(nos termos do artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto)

5 – Proposta 34/GAP/2023 – Autorização para início do procedimento de contratação de empréstimo. Aquisição de duas parcelas de terreno;

(nos termos, e para os efeitos, previstos no nº 2, do artigo 51º, da Lei nº 73/2013, de 3/09 e ulteriores)

6 – Prestação de Contas Consolidadas do ano 2022;

(n.º 2 do artigo 76 da Lei 73/2013, de 12 de setembro)

_____/_____/_____

1 – Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

Nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

Assim, em cumprimento deste preceito legal, apresenta-se à Assembleia Municipal informação escrita sobre os aspetos que consideramos mais relevantes da atividade municipal desenvolvida no período que decorreu entre o dia **11 de abril e o dia 17 de junho de 2023**.

1. Prejuízos causados pelo mau tempo no Concelho de Murça. Nos dias 28 e 30 de maio de 2023, na sequência da ocorrência de um evento meteorológico extremo, verificaram-se danos significativos no Concelho de Murça, sendo que, os maiores prejuízos ocorreram no dia 30 de maio. Através do Serviço Municipal de Proteção Civil, foram prontamente acionados os meios necessários de prevenção e de socorro, em estreita articulação com as Juntas de Freguesia, o que permitiu a rápida reposição do funcionamento das vias rodoviárias. O Município de Murça reportou de imediato ao Gabinete da Senhora Ministra da Agricultura, à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), ao Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), para avaliar os danos provocados pelo mau tempo, através de mecanismos céleres e ágeis de contabilização dos prejuízos.

No que se refere às culturas agrícolas, os prejuízos decorrentes das trovoadas, afetaram sobretudo a produção da cultura da vinha, devido à queda de granizo, que afetou cerca de 800ha de vinha localizados nas freguesias de Candedo e União de freguesias de Noura e Palheiros, tendo afetado especialmente a localidade de Porrais.

Na freguesia de Jou (nas localidades de Penabeice e Mascanho) e na freguesia Valongo de Milhais (localidades de Valongo de Milhais e Ribeirinha), verificaram-se prejuízos provocados pelas enxurradas decorrentes da queda de chuvas intensas, devido ao transbordo das linhas de água e ao consequente arrastamento de terras. Nestes locais, as culturas mais afetadas referem-se sobretudo a culturas temporárias, essencialmente pequenas hortas familiares.

Em termos de infraestruturas, uma das consequências mais visíveis do mau tempo foi a ponte rodoviária na estrada 1181, arrastada pela força das águas que liga a localidade de Ribeirinha, na freguesia de Valongo de Milhais, a Ratiço na União de Freguesias de Noura e Palheiros. Neste caso foi solicitada colaboração à Autoridade Nacional de Proteção Civil, traduzida na cedência temporária de uma ponte, para repor a circulação entre as localidades.

Face ao conjunto de adversidades, é essencial que o Governo tome medidas para apoiar estes produtores e que possam, com a maior brevidade possível, serem compensados pelas perdas avultadas e assim voltar à sua atividade.

2. Coordenador Municipal de Proteção Civil. Foi designada para o exercício do cargo de Coordenadora Municipal de Proteção Civil, em comissão de serviço, pelo período de três anos, Paula Cristina Pinto Mesquita, Técnica Superior deste Município, com efeitos a partir do dia 1 de maio de 2023. Esta designação permite-nos cumprir formalmente um conjunto alargado de obrigações, sendo responsável pelo comando operacional, monitorização, acompanhamento e gestão de todas as ocorrências em território municipal, com dependência hierárquica e funcional do Presidente da Câmara Municipal.

3. Comemorações do 25 de Abril. A invocação dos 49 anos do "25 de Abril de 1974" iniciou com a realização Hastear das Bandeiras nos Paços do Concelho, com Guarda de Honra dos Bombeiros Voluntários de Murça e participação da Banda Marcial de Murça. De seguida, foi prestada homenagem aos Ex-Presidentes da Assembleia Municipal de Murça no Auditório dos Paços do Concelho, com apresentação da publicação literária "Assembleia Municipal de Murça".

4. Feriado Municipal, 8 de Maio. Integrada nas comemorações do Feriado Municipal, decorreu a inauguração do Edifício dos Serviços Operacionais do Município de Murça e das várias operações urbanísticas promovidas no âmbito dos Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU). A cerimónia foi presidida pela Senhora Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Isabel Ferreira. Participou também nas comemorações uma comitiva oriunda de Le Cendre, autarquia francesa, com quem o Município de Murça tem um protocolo de amizade e geminação.

5. Plano de Ação para a Regeneração Urbana. Na presença da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, Isabel Ferreira, e do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), António Cunha, nas cerimónias oficiais do Dia do Município de Murça, foi dada nota dos resultados do PARU no Concelho de Murça. Foram desenvolvidos seis projetos, plenamente executados, que totalizam um investimento global de 1.232.137,90€, a saber:

- Reconversão do Antigo Edifício da Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça;
- Reconversão do Espaço adjacente ao Antigo Edifício da Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça;
- Requalificação do Espaço Público no Bairro do Pinheirinho;
- Requalificação do Espaço Público junto ao Cemitério;
- Requalificação do Espaço Público na Interseção da Rua Militão Bessa Ribeiro e Alameda 8 de Maio;
- Requalificação do Espaço Público na Zona Desportiva;

6. Assinatura do Contrato de Cooperação Interadministrativo para obras de remodelação e ampliação das instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Murça, com a presença do Ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, para homologação do mesmo. Este Contrato Interadministrativo, celebrado entre o Município de Murça, a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana, define os direitos e obrigações das partes outorgantes, no âmbito da colaboração institucional, tendo em vista assegurar as obras de remodelação/ampliação do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Murça, passando a Guarda Nacional Republicana a dispor de um local ajustado à sua atividade, dotado de condições de funcionalidade e operacionalidade.

7. Execução do Parque Urbano do Prado. O Município de Murça pretende promover uma reformulação global de um conjunto de áreas situadas no lugar do Prado, na zona sul da sede do concelho, através da criação de um novo espaço de lazer natural. A principal intervenção prevista - o Parque do Prado de Murça - terá como objetivo fomentar o recreio da população local e dos visitantes, bem como promover a prática desportiva, num ambiente

naturalizado, incluindo, se possível, a existência de elementos de água, contemplando a preservação do coberto arbóreo existente, associada ao reforço da arborização, que irá contribuir para a melhoria a nível ambiental e paisagístico, beneficiando o conforto bioclimático e o enquadramento paisagístico das infraestruturas existentes na envolvente (nomeadamente a autoestrada A4 e o posto de combustível). Prevê-se que este espaço verde constitua o projeto âncora, que permitirá alavancar a concretização dos objetivos previstos, visando, nesta justa medida, o desenvolvimento económico e sustentado do concelho, através da dinamização da economia local. A execução do projeto, em causa, integra-se, inquestionavelmente, no âmbito das atribuições e das competências municipais, em matéria de promoção do desenvolvimento. A execução da obra/projeto projeta-se em terrenos de particulares, sendo, neste último caso, necessário proceder à aquisição de parcelas privadas.

8. Atribuição de Bolsas de Estudo do Ensino Superior Ano Letivo 2022/2023. O Município de Murça atribuiu bolsas de estudo a 49 alunos do Concelho que frequentam o ensino superior. Uma medida importante e uma ajuda fundamental para os alunos que pertençam a um agregado familiar com rendimentos mais reduzidos, promovendo a igualdade de oportunidades a todos os jovens que pretendam prosseguir os estudos no ensino superior. O valor total das bolsas atribuídas pelo município para o ano letivo de 2022/2023, foi de 35.311,85 euros.

9. Baja TT Norte de Portugal. Baja TT Norte de Portugal 2023. A segunda edição da Baja TT Norte de Portugal decorreu em Murça, Valpaços e Macedo de Cavaleiros, nos dias 5, 6 e 7 de maio. Uma prova pontuável para o Campeonato de Portugal de Todo-o-Terreno AM 48 e Taça Ibérica de Todo-o-Terreno. A prova contou com setores seletivos diferentes e fantásticas zonas de espetáculo, destacando-se a Pista de Autocross de Murça.

10. Tua Walking Festival. O Município de Murça recebeu nos dias 29 e 30 de abril, o Festival de Percursos Pedestres do Parque natural Regional do Vale do Tua, uma iniciativa que atraiu até ao nosso território participantes oriundos de todo o país, esgotando as inscrições disponíveis para o evento.

Este festival que iniciou em março em Vila Flor, tendo agora Murça recebido a segunda atividade, pretende dar a conhecer e ao mesmo tempo percorrer os trilhos homologados que têm como base a natureza, a paisagem,

o património e as comunidades, promovendo o território nas suas diversas componentes.

11. Banda Marcial de Murça. Protocolo de Colaboração. A Banda Marcial de Murça é considerada uma das filarmónicas mais antigas do País. Foi fundada em 1870 e é a Associação mais antiga do Concelho de Murça. Ponto de atração para jovens e adultos, a Banda Marcial de Murça é hoje um embrião de futuros artistas de música instrumental, pilar fundamental na vida cultural do Concelho de Murça. Para a concretização dos seus objetivos estatutários, as associações alicerçam parte da sua atividade nas contribuições recebidas pelos seus associados, mas também no regime de voluntariado e da boa vontade de todos aqueles a quem servem. A cooperação institucional entre ao Município e a Banda Marcial de Murça permitirá reforçar o desenvolvimento da Educação, Cultura e Tempos Livres nas diversas faixas etárias. Refira-se que a sua atividade de âmbito local, regional, nacional e internacional é também um meio de promoção e desenvolvimento social, económico e cultural do nosso Concelho. Partindo destas premissas, foi deliberado, por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal realizada no dia 22 de maio, aprovar a proposta de protocolo a celebrar com a Banda Marcial de Murça, no valor de vinte e quatro mil e quatrocentos euros.

12. Delegação da Cruz Vermelha de Murça. Protocolo de Colaboração. A Cruz Vermelha Portuguesa é uma instituição humanitária não-governamental de carácter voluntário e de interesse público, sem fins lucrativos. Tem como Missão proteger a vida e a saúde, e preservar a dignidade das pessoas, em especial das mais vulneráveis e desfavorecidas. Para o desenvolvimento da sua atividade, mobiliza o "Poder da Humanidade", bem como a generosidade dos doadores e parceiros por todo o país. A cooperação institucional entre ao Município e a Delegação da Cruz Vermelha de Murça permite reforçar o desenvolvimento da Saúde, Ação Social e Tempos Livres nas diversas faixas etárias. A sua atividade de âmbito local, regional, nacional e internacional é também um meio de promoção e desenvolvimento social, económico e cultural do nosso Concelho. Neste contexto, a Câmara Municipal, em sede de sua reunião ordinária realizada no dia 22 de maio, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de protocolo a celebrar com a Delegação de Murça da Cruz Vermelha Portuguesa, no valor de vinte e sete mil e quinhentos euros.

13. A feira "Vinhos Brancos na Praça" decorreu nos dias 2 e 3 de junho, no centro histórico da Vila de Murça, e foi um evento integrado na Cidade Europeia do Vinho - Douro 2023. Nesta festa dos vinhos brancos e do comércio local, deu-se ainda a oportunidade para a participação em provas de vinhos comentadas, eventos culturais e animações vínicas, bem como a possibilidade de se comprar vinhos a preços de produtor. O evento proporcionou ainda a celebração da gastronomia local, com sabores e petiscos, mas também outras artes da terra, como o artesanato e outros produtos. Apesar da muita chuva que se fez sentir em determinados períodos destes dias, a mesma não foi suficiente para anular o sucesso da primeira edição da festa/mostra "Vinhos Brancos na Praça". Também os produtores locais manifestaram uma enorme satisfação pela forma como a iniciativa foi organizada e pelo fantástico espaço onde a feira "Vinhos Brancos na Praça" decorreu.

14. Protocolo de Constituição da Rede Especializada para a Intervenção na Violência Doméstica e em Contexto Familiar - RIVD da Comarca/Distrito de Vila Real, entre a Procuradoria da República da Comarca de Vila Real, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, os Municípios de Alijó, Boticas, Chaves, Mesão Frio, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Peso da Régua, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a Cruz Vermelha Portuguesa da Delegação de Chaves, a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana - Comando Territorial de Vila Real, o Centro Distrital de Vila Real do Instituto da Segurança Social, I.P., as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves, Vila Real e de Peso da Régua, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, IP), o ACeS Douro I - Marão e Douro Norte, o ACeS Alto Tâmega e Barroso, o Serviço de Clínica e Patologia Forenses - Delegação do Norte do INML, o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE, a Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais - Equipa do Douro, as Santas Casas da Misericórdia de Chaves e de Peso da Régua, a Cáritas Diocesana de Vila Real e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. No âmbito da prevenção e combate ao flagelo da violência doméstica em contexto familiar, o Município de Murça reconhece esta problemática como sendo de extrema pertinência e preocupação, considerando, por um lado, que a atuação das entidades locais competentes nesta matéria e, por outro lado, o envolvimento de organismos e instituições da Administração Central

constitui uma mais-valia para a promoção da dignidade e qualidade de vida das vítimas de violência doméstica. Assim, o Município de Murça reforça a intervenção municipal na luta contra a violência doméstica com a criação da Rede de Intervenção na Violência Doméstica (RIVD), através da garantia de uma articulação e cooperação intersectorial e interdisciplinar e da criação de um modelo de intervenção que faça face ao problema identificado pelas entidades parceiras da Rede Social. A RIVD terá, assim, como prioridade encontrar respostas mais eficientes de combate e prevenção de todas as formas de violência.

15. Mês de Prevenção dos Maus Tratos na Infância. Desde o início do século XXI, o mês de abril é assinalado como o Mês Internacional da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância em muitos países. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Murça e o Município abordam esta questão em conjunto, levando a cabo a campanha do Laço Azul, que pretende alertar a comunidade para a prevenção dos maus-tratos a que muitas crianças e jovens ainda estão sujeitos.

16. Andebol e Cultura. No passado sábado, dia 17 de junho, a Escola Municipal de Andebol do Município de Murça e com o intuito de aproximar os nossos jovens atletas e praticantes desta modalidade, participou na iniciativa "Andebol & Cultura", um projeto de âmbito nacional que pretende relacionar uma verdadeira união entre o desporto e o nosso património cultural. O evento "Andebol & Cultura", promovido pela Federação de Andebol de Portugal e pela Associação de Andebol de Vila Real, juntou nos campos montados na Avenida Carvalho Araújo as equipas de Murça, Godim, Bairro Latino e SVR Benfica, constituídas por crianças entre os oito e os 12 anos, num total de 50 jovens atletas, os quais participaram nos diferentes jogos de Andebol e divertiram-se com as outras atividades lúdico-desportivas propostas.

17. Workshop Final do programa "Junto à Terra - Tua". Decorreu em Murça, no dia 13 de junho, o Workshop Final do programa "Junto à Terra - Tua" (JaT-Tua), um evento que teve como objetivo a partilha de conhecimento com a comunidade em geral e, ao mesmo tempo, o momento onde os alunos tiveram a oportunidade de apresentar os seus trabalhos ao júri e ao restante público, tendo no final sido anunciados os vencedores e premiados da presente edição. Este programa é destinado aos alunos do 8.º ano, tendo sido criado no âmbito do aproveitamento hidroelétrico de Foz Tua, que ao

longo do último ano letivo levou os jovens ao terreno, desafiando-os a contactarem com os valores patrimoniais e ambientais da região. Este projeto foi desenvolvido em parceria entre os municípios de Murça, Mirandela, Carraceda de Ansiães, Alijó e Vila Flor, as Escolas e coordenado pelo PNRVT e pela Movhera. Ao longo do ano letivo, através do desenvolvimento deste projeto, foi possível abordar a importância da sustentabilidade ambiental e da biodiversidade do território.

18. Dia Mundial da Criança. O Município de Murça, em articulação com o Agrupamento de Escolas de Murça, proporcionou, nos passados dias 1 e 2 de junho, dois dias diferentes a todas as crianças do ensino pré-escolar e 1.º ciclo, para assinalar o Dia Mundial da Criança. Muita animação, jogos e brincadeiras nos insufláveis, entre outras atividades fizeram as delícias das crianças, nas atividades que decorreram na zona desportiva de Murça.

19. Norma de Controlo Interno. Aprovado em Reunião da Camara Municipal de 22 de maio. A Norma de Controlo Interno aplica-se a todos os serviços municipais abrangidos pelos procedimentos e vincula todos os titulares de órgãos, dirigentes, trabalhadores e demais colaboradores do Município de Murça, independentemente da modalidade de vinculação e de constituição da relação jurídica de emprego público ao abrigo da qual exercem as respetivas funções. A NCI compreende um conjunto de procedimentos tendentes a garantir: a salvaguarda dos ativos, o registo e atualização do património, a legalidade e a regularidade das operações, a integralidade e exatidão dos registos contabilísticos, a execução dos planos, despachos, deliberações e decisões superiormente definidos e a eficácia da gestão e a qualidade da informação e das demonstrações financeiras.

20. Plano de Prevenção de Riscos e Corrupção e Infrações Conexas. Aprovado em Reunião da Camara Municipal de 22 de maio. O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas visa concorrer para a boa gestão pública, para a promoção de uma cultura de integridade, transparência, responsabilidade e rigor e para o incremento da qualidade do serviço público, privilegiando a prevenção de eventos prejudiciais para a organização. O plano pretende ser dinâmico, objeto de permanente evolução devendo ser regularmente sujeito a um processo de revisão e atualização. Assim, o documento aprovado pelo órgão executivo municipal define o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, do

Município de Murça de acordo com as Recomendações do Conselho de Prevenção e Corrupção (CPC) e em cumprimento da recente publicação da Estratégia Nacional Anticorrupção e do Mecanismo Nacional Anticorrupção e que estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção. Neste contexto, o presente PPR, tem como objetivo de fomentar uma cultura de transparência administrativa, de compromisso e de responsabilização de todos os trabalhadores, contribuindo, assim, para fortalecer a credibilidade e reputação do Município de Murça.

21. Código de Conduta do Município de Murça. Aprovado em Reunião da Camara Municipal de 1 de junho. O Código de Conduta estabelece um conjunto de princípios e regras em matéria de ética e de prática profissional, a observar por todos os dirigentes e trabalhadores ao serviço do Município de Murça no exercício das suas funções, nas relações entre si e com terceiros. É complementar à promoção dos valores inerentes à atividade profissional e não impede a aplicação simultânea de regras disciplinares e de conduta específicas de grupos profissionais, bem como das normas que integram, entre outros, a LTFP, o CPA e o Código de Trabalho. No articulado do Código de Conduta estão vertidas as convenções e normas éticas cuja observância é devida, clarificando ainda os padrões de referência a utilizar para a apreciação do grau de cumprimento das obrigações assumidas por parte dos trabalhadores e estabelece as sanções previstas para o seu incumprimento. A aplicação do Código de Conduta e a sua observância não impedem, nem afastam a aplicação de outros dispositivos legais relativos a normas de conduta específicas para determinadas funções, atividades e/ou grupos profissionais.

22. Manual de Procedimentos do Canal de Denúncias do Município de Murça. Aprovado em Reunião da Camara Municipal de 20 de junho. O Município de Murça implementou o Canal de Denúncias, um meio seguro para comunicar infrações nos termos do Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações. Desta forma, através do Canal de Denúncias do Município de Murça, é dada a possibilidade de os munícipes apresentarem e acompanharem as suas denúncias, de forma segura e confidencial, reforçando os princípios de transparência e ética, no combate a atos ou ações de carácter ilícito ou antiético. O Manual de Procedimentos destina-se a regular os referidos canais no que concerne às disposições decorrentes da legislação atualmente em vigor, constituindo um instrumento de

monitorização das medidas e políticas de conformidade da Câmara Municipal de Murça, de gestão de conflitos de interesses e da prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, que contribui para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada, eficiente e transparente. Pretende também auxiliar o denunciante, dando-lhe conhecimento dos seus direitos e deveres, bem como visar a salvaguarda da comunicação segura de infrações e atos de corrupção ou infrações conexas.

23. Presidente da República designou Peso da Régua como sede das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

O Douro, Património da Humanidade, foi designado como Capital Europeia do Vinho em 2023. A cidade do Peso da Régua foi a promotora desta iniciativa de âmbito regional, que integra os 19 municípios da CIM Douro, que preveem numerosas iniciativas de promoção da região ao longo do ano. Neste contexto, o Presidente da República resolveu designar o Peso da Régua como sede, no ano de 2023, das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, estendendo-se as celebrações às comunidades portuguesas na África do Sul. Para a organização das comemorações foi constituída uma Comissão presidida por João Nicolau de Almeida, um dos grandes enólogos do Douro, e que integra ainda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Secretária-Geral da Presidência da República e o Chefe do Protocolo do Estado.

24. Cerimónia Militar Comemorativa do Dia de Portugal no Peso da Régua. O Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas presidiu, no Peso da Régua, à Cerimónia Militar comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, na presença dos titulares dos restantes Órgãos de Soberania, convidados e muitos assistentes. O Município de Murça esteve representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Vereadores da Câmara Municipal e Presidente da Assembleia Municipal.

A Cerimónia Militar teve início com a execução do Hino Nacional pela Banda da Armada e, em simultâneo, foi executada uma salva de 21 tiros pelo Regimento de Artilharia N.º 5, tendo o Presidente da República passado revista às Forças em Parada. Seguiu-se a Cerimónia de Homenagem aos Mortos, militares e civis, que incluiu um sobrevoo de homenagem por uma esquadrilha de aeronaves F-16 da Força Aérea.

Usaram então da palavra o Presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, o Enólogo João Nicolau de Almeida, e o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, Marcelo Rebelo de Sousa.

Após as intervenções, o Desfile Militar iniciou-se com uma formação de Antigos Combatentes, a que se seguiu um sobrevoo de meios aéreos, o desfile em continência das Forças em Parada e das Forças Equipadas para combate, tendo terminado com a Força Motorizada.”

- A deputada do PS, Emília Sousa, cumprimentou todos os presentes e referiu o ponto 6 da Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara, dizendo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se com a assinatura do Contrato de Cooperação Interadministrativo para obras de remodelação e ampliação das instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Murça que contou com a presença do Senhor Ministro da Administração Interna, Dr. José Luís Carneiro e perceber que a par do Município o Governo Central também está preocupado em dotar a nossa Guarda Nacional Republicana de instalações condignas, para que o exercício das suas funções possa ainda ser mais bem feito.

- A deputada do PS, Paula Catarino, parabenizou o Município, todos os parceiros e trabalhadores dos Municípios envolvidos no Tua Walking Festival pela organização, porque foi um fim-de-semana em que Murça esteve em destaque, soube receber e soube mostrar o que há de melhor nesta terra, desde o nosso azeite ao vinho, passando pela gastronomia e sem esquecer a hospitalidade que tão bem nos caracteriza. Também é com agrado que o Partido Socialista vê o apoio das transferências que o executivo efetua para as entidades locais que levam o nome de Murça pelo mundo fora, como é o caso da Banda Marcial de Murça, ou então procedem com tão enorme causa como é o caso da Delegação de Murça da Cruz Vermelha Portuguesa. Se o valor poderia ir mais além, talvez, mas qualquer verba que venha, é com certeza bem-vinda por parte destas instituições.

- O deputado do PS, André Lage, sobre o evento festa-mostra Vinhos Brancos na Praça, que decorreu no dia 2 e 3 de junho, questionou o Sr. Presidente da Câmara qual é o objetivo deste investimento se haverá mais edições, se vem para ficar ou se é apenas um evento integrado na Cidade Europeia do Vinho – Douro 2023 e não terá sequência no futuro. Relativamente à tradicional Feira Franca de Murça que decorreu em simultâneo com este certame dos Brancos na Praça, referiu que ficou manifestamente em segundo plano, sugerindo que novas edições possam acontecer em

datas distintas e não em simultâneo. No entanto, aproveitou para felicitar a todos quantos estiveram na organização e na logística. É um bom princípio que se procure um tema original, que se distinga dos outros e com um calendário fixo, procurando fidelizar público e atrair visitantes, uma vez que não somos o único Concelho do Douro, a produzir produtos de excelência.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, agradeceu as palavras da deputada Emília Sousa, relativamente à assinatura do Contrato de Cooperação Interadministrativo para obras de remodelação e ampliação das instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Murça, desejando que a obra se concretize porque faz mesmo falta. Quanto ao Tua Walking Festival e aos apoios diversos às instituições referidos pela deputada Paula Catarino, referiu que têm procurado fazer tudo o que lhes é possível. O orçamento é que não dá para tudo. Disse que, gostam de receber bem e de avançar com este tipo de iniciativas. As ideias são muitas, mas o objetivo é gastar bem, porque têm limitações. Disse que, o evento dos Vinhos Brancos na Praça foi um salto daquilo que era a promoção do evento. Obviamente que uma iniciativa destas, deve ser tratada com toda a transparência e envolvendo aqueles que estão mais implicados que são os expositores. Compreende que, outro tipo de produtos também podem e devem ser promovidos, mas não devemos distorcer muito daquilo que é o mote principal, sendo criativos e com profissionalismo. Referiu que, a verba em causa foi de 145 mil euros, publicada no Portal Base Gov. Fazermos mais e de outra dimensão, implica termos meios para isso, que efetivamente, não temos. O feedback foi bastante positivo, mas ainda é um pouco cedo para dizer qual poderá ser a natureza, nos próximos anos.

2 - Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 30 de novembro de 2022;
(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

A Assembleia Municipal tomou conhecimento

Ausentou-se da sessão a deputada do PS, Emília Sousa

3 - Proposta 32/Gap/2023 - Autorização para início do procedimento tendente à alteração do pacto social e dos estatutos da sociedade "Escola Profissional do Marquês de Valle Flor, Lda.", bem como do procedimento de transformação da referida sociedade em empresa municipal;
(nos termos dos artigos 22º -A e 32º, da Lei nº 50/212, de 31 de agosto e ulteriores alterações)

- A deputada do PS, Paula Catarino, solicitou a palavra apenas para clarificar a votação do seu Grupo Parlamentar relativamente a este ponto. Referiu que, a proposta em causa visa autorizar o início do procedimento tendente à alteração do pacto social e dos estatutos da Escola Profissional de Murça, melhor designada por Escola Profissional Marquês de Valle Flor, Lda., bem como do procedimento de transformação da referida sociedade em sociedade municipal. Esta proposta divide-se em três partes: A proposta que já foi submetida à Câmara Municipal que deliberou por unanimidade autorizar o início do procedimento, submeter a proposta à aprovação da Assembleia Municipal e por último, se houver entendimento nas negociações com a Santa Casa o Presidente da Câmara fica legitimado a proceder às negociações e deverá trazer novamente o assunto à Assembleia, para deliberação. Assim, nesta fase estamos no ponto 2 desta proposta. Volta a frisar, que o que vão deliberar é sobre a autorização do Senhor Presidente da Câmara iniciar o procedimento, contudo gostava de referir que esta situação de transformar a Escola Profissional de Murça numa empresa municipal não é nova na Assembleia. Em ano anterior, constava do ponto 10º da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal Ordinária do dia 27 de junho de 2019 como constituição de Empresa Municipal Local Escola Profissional Marquês de Valle Flor, E.M., tendo a Assembleia, na altura, deliberado aprovar por maioria, com 15 votos a favor e 5 abstenções. Neste sentido, subentende que as negociações ou alterações da forma jurídica da Escola Profissional por quotas, em empresa municipal não chegou a bom porto, pelo que solicitou que o Sr. Presidente da Câmara esclareça a Assembleia o que é que falhou no processo anterior e em que momento falhou, ou seja, se não houve entendimento com a Santa Casa ou se o entendimento alcançado não colheu o consentimento por parte do Tribunal de Contas.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, a história da Escola Profissional é longa já começou em 1993. De 1993 até 2012 foi relativamente pacífica, mas em 2012 saiu a Lei 50/2012 que determina como é que as comparticipações das autarquias em empresas devem ser tratadas em termos legais, tendo em conta aquilo que o código das sociedades comerciais determinam, mas com a especificidade da participação pública. Foi algo que não aconteceu e é isso que estamos a tentar resolver. Houve uma primeira tentativa numa conversa breve com a Santa Casa, que é o sócio que tem uma situação de paridade com o Município e antes dessa decisão tomada em Assembleia foi tomada uma decisão anterior em que foi proposto na Câmara e na Assembleia, que o Município ficasse com 60% do capital e a Santa Casa com 40%. Na altura, ficou acordado com o Provedor levar o assunto à Mesa Administradora da Santa Casa e depois à Assembleia Geral da Santa Casa, mas isso não aconteceu. Foi feita uma deliberação que não teve consequência, nem eficácia. Manteve-se uma situação de impasse completo, até porque temos um processo da IGF, que já tem alguns anos e que

muito se tem dito sobre esta matéria. Algo que foi identificado em 2017 como uma situação pendente e a corrigir. Neste momento, estão dez autarcas citados pelo Tribunal de Contas e ele é um deles, que lhe disse arranje advogado ou então peça as guias para pagar a multa, no valor de 7500 euros. Obviamente que, não aceitou e contratou um advogado. Contudo, tudo isto tem custos e está em curso uma situação de extrema gravidade, que é imperioso defendermo-nos como deve ser. Com a deliberação anterior procurou-se naquilo que a Lei 50/2012 determina, poder por em prática uma situação que lhes permitia considerar a Escola Profissional Marquês de Valle Flor, E.M., tendo uma posição dominante, porém, o Tribunal de Contas indeferiu o processo. Depois de todas estas limitações, fomos conversando com a Sra. Provedora e desta vez, decidiu-se primeiro na Santa Casa e posteriormente está a decidir-se no Município. Na Santa Casa já foi autorizada a correção do capital social para que possamos ter 51% de participação, sendo esta a maneira mais simples e clara de transmitir ao Tribunal de Contas a posição dominante do Município, duma entidade que tem que ter um estudo de viabilidade que mostre a sua sustentabilidade. O Tribunal de Contas não aceita que uma entidade destas não esteja em equilíbrio e basta-lhe que tenha dois exercícios seguidos com resultados negativos, para a fechar. Tem-se feito um bom caminho. Hoje, temos uma escola bem preparada, moderna e bem frequentada. Conseguiu-se ganhar um concurso para um Centro Tecnológico Especializado, no valor de 1 milhão de euros e tudo o que seja acrescentar, permite-nos rentabilizar ainda melhor os custos fixos daquela entidade. Isto tem de ser comunicado ao Tribunal de Contas de forma simples, objetiva e clara. Tudo isto seria dispensável se numa leitura atenta à Lei 50/2012 fosse rapidamente corrigido o que não estava correto e não estariam agora 10 autarcas com um processo às costas e com obrigação de pagar multas. Obviamente que, é necessário explicar ao Tribunal de Contas o que está aqui em causa e se for para fechar a escola que sejam eles a fazê-lo. São menos dois milhões que entram em Murça, em cada ano e é impensável fechar e deixar alunos com os cursos incompletos. Concorrem aqui muitas responsabilidades e o Tribunal de Contas tem uma visão demasiado fechada, que é necessário ultrapassar.

- O deputado do PS, Rui Ramos, agradeceu o esclarecimento do Sr. Presidente, no entanto confessa que este é um assunto difícil de compreender. Questionou se para se constituir uma empresa municipal é obrigatório que a Câmara Municipal seja sócia maioritária ou se pode ser outra entidade e ainda, depois de aprovada esta proposta, questionou se terá de voltar à Assembleia Municipal, aquilo que foi negociado.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que, no artigo 32 é referido que a posição dominante tem várias possibilidades. A primeira que aparece é a maioria do Capital Social é

objetiva e é a mais simples de entender por todos nós e todas as outras possibilidades são meras tentativas, porque o Tribunal de Contas não entende e não aceita validar. Referiu que, para existir empresa municipal é necessário cumprir o artigo 32. Quanto à segunda questão colocada pelo deputado Rui Ramos respondeu cumpra-se com aquilo que a legislação determina. É obrigatório vir, então virá.

Votação:	
<i>Votantes</i>	21
<i>Abstenção</i>	01
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	20

Deliberação: Aprovado por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se: *O deputado do PS, Alfredo Veloso*

Declaração de Voto:

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, deu nota que o Tribunal de Contas vai analisar todo este processo. Obviamente que, esta votação expressiva também denota bem a boa vontade de todos os envolvidos.

Regressou à sessão a deputada do PS, Emília Sousa

4 - Proposta 33/GAP/2023 - Abertura de Procedimento de Recrutamento para Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau. Divisão de Administração Geral;
(nos termos do artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto)

- A deputada do PS, Emília Sousa, solicitou a palavra para referir que o Partido Socialista vai abster-se neste ponto. Aludiu que, aquando da alteração da Estrutura Orgânica do Município o Grupo Parlamentar do PS votou contra essa alteração, entre outras coisas a criação de dois cargos de direção intermédia de 1º e 2º grau, por considerar que o Município de Murça, tendo em conta a sua dimensão, não necessitava de ter uma estrutura tão pesada, quer financeiramente quer em número

de cargos de dirigentes. Mas, no que concerne ao ponto que está em votação e uma vez que o cargo já se encontra provido em regime de substituição a abertura de procedimento é necessária, tendo em conta os limites temporais ao regime de substituição e para que seja cumprida a lei. Por uma questão de coerência e por terem votado contra esta alteração, aquando da votação da estrutura orgânica, o sentido de voto do seu Grupo Parlamentar será a abstenção.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que, o argumento da consistência não é o melhor argumento. Neste momento, não se está a discutir a estrutura, apenas se está a cumprir um desígnio legal, apenas e só.

- A deputada do PS, Emília Sousa, lembrou ao Sr. Presidente da Câmara que o sentido de voto é a abstenção.

Votação:

<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	07
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	15

Deliberação: Aprovado por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se: *Os deputados do Grupo Parlamentar do PS*

Declaração de Voto:

Ausentou-se da sessão o deputado do PS, Tiago Meireles

5 - Proposta 34/GAP/2023 - Autorização para início do procedimento de contratação de empréstimo. Aquisição de duas parcelas de terreno;
(nos termos, e para os efeitos, previstos no n.º 2, do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3/09 e ulteriores)

- O deputado do PS, André Lage, referiu que, na última sessão da Assembleia Municipal tentou perceber junto do Sr. Presidente da Câmara qual era o objetivo concreto da aquisição daqueles terrenos e isso não está claro. No entanto, considera esta Proposta pretensiosa e cheia de lugares

comuns. Não temos absolutamente nada em concreto a não ser a aquisição daqueles terrenos por um valor de cerca de meio milhão de euros, com recurso ao financiamento bancário. A única coisa que aqui vem é, se possível a existência de elementos de água, mas sem nada em concreto, não diz se é um ribeiro, um lago com peixinhos, ou uma piscina. Disse não compreender, se o objetivo desta aquisição é a criação de umas novas piscinas com uma zona de lazer que esteja ligada à água, porque não há nada em concreto, nesta proposta. Mais disse que, o projeto ainda refere que se prevê que este espaço verde constitua o projeto âncora, que permitirá alavancar a concretização dos objetivos previstos, visando o desenvolvimento económico e sustentado, através da dinamização da economia local e a fixação de população e a inversão da tendência de perda populacional. Parece-lhe que é uma coisa milagrosa, mas não sabe muito bem o quê. Nesse sentido, o Partido Socialista vai abster-se na votação desta Proposta.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respeita a opinião do Sr. deputado André Lage, mas gosta mais do entusiasmo do deputado Tiago Meireles, quando se fala deste assunto. Esclarece que, temos é que gerir os nossos recursos, da forma que permita potencia-los o mais possível. Dizer, que se vai fazer ali uma piscina não há apoios comunitários, para isso. Na proposta, tem de estar vertida uma tónica na vertente da sustentabilidade ambiental e da biodiversidade e é fundamental, que esses valores sejam tidos em conta. O importante é conseguir o maior apoio possível dos fundos comunitários que possam chegar.

- O deputado do PS, André Lage, esclareceu que, ninguém está contra a realização de investimentos na área do lazer e a tudo que esteja ligado à substituição das Piscinas Municipais existentes. Aquele é um equipamento obsoleto, repará-lo julga que não é viável dada a idade da estrutura e às deficiências que apresenta e deve ser substituído. Agora, não vão passar um cheque em branco a uma pretensão de contratar empréstimos desta magnitude sem perceber verdadeiramente o que ali se vai fazer. É claro que, a necessidade das piscinas é unânime e o entusiasmo do Tiago Meireles é nesse sentido, mas aqui não está claro que é esse o objetivo delineado pelo Município, para aqueles terrenos.

- O deputado do PS, Rui Ramos, disse que, sabem apenas que o empréstimo é por 10 anos, mas não sabem mais que isso. Questionou se não seria possível trazer já as propostas e serem um pouco mais concretos.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, esclareceu que sem este procedimento prévio, não é possível pedir propostas.

- O Chefe da Divisão Financeira, Dr. Mário Sampaio, esclareceu que esta é uma matéria com alguma complexidade, também por envolver o Tribunal de Contas. Este processo irá desenvolver-se em várias fases. Esta fase é realmente de aprovação, mas tem aqui um pormenor técnico que tem a ver com a questão de empréstimos que se exceder 10% do investimento constante do orçamento terá que vir à Assembleia Municipal. Ou seja, nós temos uma margem de endividamento de cerca de 1.200 mil o que quer dizer que só nos poderíamos endividar em 10%, ultrapassando esses 10% é necessário vir à Assembleia obter aprovação para iniciarmos as negociações com os bancos. A segunda fase, será posteriormente e já com as propostas, que irá à Câmara para aprovação e depois descerá novamente à Assembleia Municipal e só depois se partirá para a contratação.

- A deputada do PS, Paula Catarino, referiu que, em sua opinião é uma questão de gestão, mas o que a deixa de pé atrás é o valor ser de meio milhão de euros de dívida que vamos contrair. É verdade que é para investir, mas há outras áreas bem mais prioritárias, como por exemplo renovar a rede viária.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, disse que, se sente imensamente satisfeito em se adquirir este terreno emblemático. No mandato anterior, em confiança com o Sr. Presidente da Câmara sugeriu-lhe que comprasse esses terrenos ou os expropriasse, porque precisamos de espíritos abertos e de espaços e não temos de ter o espírito do Portugal dos Pequeninos. Dizer que a piscina que existe é uma piscina, é surreal! Aquilo é um tanque. Isto vem dar uma abertura totalmente diferente à entrada da vila. É um espaço emblemático que vai valorizar a Vila de Murça. A Câmara já ficou empenhada, noutros tempos, em muito mais e este é um espaço que nos deve orgulhar.

- O deputado do PS, Pedro Carvalho, saudou todos os presentes e disse que, percebe as dúvidas apresentadas pela Bancada do Partido Socialista, mas estamos a falar em meio milhão de euros e com certeza que não será um problema para este executivo, porque quem já pagou 5 milhões em 6 anos, facilmente pagará 500 mil, em 10 anos. Questionou ainda, porque é que os deputados da Bancada Parlamentar do PS não apoiam a decisão dos seus vereadores, uma vez que este ponto foi aprovado na Câmara por unanimidade e agora vão abster-se, tanto neste ponto, como no anterior.

- O deputado do PS, Rui Ramos, respondeu que o sentido de voto da Bancada Parlamentar do Partido Socialista com certeza que foi deliberado por eles. Eles é que decidem e não têm sequer obrigatoriamente de votar em conformidade com os Vereadores do Partido Socialista. Cada um pensa pela sua cabeça. Podem exercer disciplina de voto ou não, mas não estão cá só para levantar o braço, quando é necessário.

- A deputada do PS, Emília Sousa, referiu que, não estão amarrados às decisões que os Vereadores do PS tomam na Câmara, estão em articulação, obviamente, mas está-se aqui a fazer uma confusão muito grande do nosso sentido de voto que não se compreende. Reitera que, não discordam com a criação do Parque de Lazer, ele é bem-vindo. Agora, a dúvida que os assola a eles enquanto Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é haver muitas coisas vagas.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, referiu, se vão comprar aquelas duas parcelas, porque é que não comprem também as outras duas parcelas que estão naquele espaço, adquirindo toda a parcela envolvente, conforme é a estrada.

Votação:	
<i>Votantes</i>	21
<i>Abstenção</i>	06
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	15

Deliberação: Aprovado por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se: *Os deputados da Bancada Parlamentar do PS*

Declaração de Voto:

6 – Prestação de Contas Consolidadas do ano 2022; (n.º 2 do artigo 76 da Lei 73/2013, de 12 de setembro)

- A deputada do PS, Paula Catarino, disse que, consta deste ponto que o Certificado Legal das Contas e o Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas não se encontra assinado nem carimbado, portanto, não terá qualquer validade. Solicitou ainda que fosse esclarecida qual é a data que,

efetivamente foi elaborado o Parecer e o Certificado, porque a data continua a constar incompleta. Mais disse que, continua a verificar-se a menção de reservas quanto à falta do registo nas aplicações informáticas da contabilidade e património do Município da Escola EB 2/3 e Secundária de Murça e de referir que os lotes para construção, destinados à venda, na Zona Industrial de Murça continuam a constar nas rubricas dos “Ativos fixos tangíveis” ao invés de “Inventários”, pelo que a primeira rubrica se encontra sobrevalorizada e a rubrica de Inventários subvalorizada. Em consequência do referido, não pode o ROC determinar se seriam necessários ajustamentos relativos ao ativo fixo tangível, registado ou por registar, e aos elementos que constituem os resultados e o património líquido. Em face do exposto a Bancada Parlamentar do Partido Socialista abstém-se na votação das contas.

- O Presidente da Câmara Municipal de Murça, Mário Artur Lopes, referiu que, estão a votar contas certificadas que já foram apreciadas aqui antes e acrescentou, que na consolidação de contas o desempenho no conjunto das contas apresentadas é melhorado graças à situação da Escola Profissional, estar melhor. As questões das falhas de carácter formal têm importância diminuta, mas obviamente, que não faz sentido.

- O Chefe da Divisão Financeira, Dr. Mário Sampaio, esclareceu que estes documentos vêm sempre em DRAFT e só passam a definitivos depois da aprovação da Assembleia Municipal. É assim que tem acontecido em anos anteriores. O que os ROC's lhe têm dito é que é assim o procedimento, mas pode tentar corrigir e tentar perceber porque é que vêm em DRAFT e não vêm logo na versão definitiva. Relativamente à Escola EB 2/3 e Sec. de Murça, esclareceu que não sabiam que aquele património, passou agora para o Município. Neste momento, estamos a tratar desse assunto, porque é um assunto que envolve alguma complexidade, mas temos de saber alguns dados do património da educação para fazermos essa transferência e podermos avançar com o processo. Neste momento, o processo já está em andamento, até porque há uma ressalva no Orçamento de Estado, para que se faça o registo desse património na conservatória, contudo é necessário reunir uma série de documentos e isso leva tempo. Relativamente à questão do Parque Industrial respondeu que o que acontecia até agora, era os terrenos constarem como património do município e ao vendê-lo, considera-lo mercadoria. Agora, é necessário fazer essas correções para que possamos retirá-lo do nosso património, referindo que são questões meramente técnicas que não põem em causa a questão do património líquido ou tangível.

Votação:	
<i>Votantes</i>	21
<i>Abstenção</i>	06
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	15

Deliberação: Aprovado por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se: *Os deputados do Grupo Parlamentar do PS*

Declaração de Voto:

_____ //

Período de Intervenção do Público

Não houve intervenções

_____ //

APROVAÇÃO EM MINUTA

(Art. 44º do Regimento)

3 - Proposta 32/Gap/2023 - Autorização para início do procedimento tendente à alteração do pacto social e dos estatutos da sociedade “Escola Profissional do Marquês de Valle Flor, Lda.”, bem como do procedimento de transformação da referida sociedade em empresa municipal;
(nos termos dos artigos 22º -A e 32º, da Lei nº 50/212, de 31 de agosto e ulteriores alterações)

4 - Proposta 33/GAP/2023 - Abertura de Procedimento de Recrutamento para Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau. Divisão de Administração Geral;
(nos termos do artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto)

5 - Proposta 34/GAP/2023 - Autorização para início do procedimento de contratação de empréstimo. Aquisição de duas parcelas de terreno;
(nos termos, e para os efeitos, previstos no nº 2, do artigo 51º, da Lei nº 73/2013, de 3/09 e ulteriores)

6 - Prestação de Contas Consolidadas do ano 2022;
(n.º 2 do artigo 76 da Lei 73/2013, de 12 de setembro)

Votação:

<i>Votantes</i>	<i>21</i>
<i>Abstenção</i>	<i>00</i>
<i>Contra</i>	<i>00</i>
<i>A Favor</i>	<i>21</i>

Deliberação: Aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

//

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

(Alínea c) do nº2 do artº 9º do Regimento)

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu por encerrada a sessão,
agradecendo a presença e a colaboração de todos

Os trabalhos encerraram às 17:45 horas da qual se lavrou a presente Ata, que depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pela 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal



(António Augusto Ribeiro)

A 1ª Secretária da Assembleia Municipal



(Cláudia Alexandra da Cruz O. G. e Vila Verde)

600012
29 de junho 2023

PRESENCAS NA REUNIÃO (1) ORDINÁRIA REALIZADA EM 23/06/2023

Designação das funções (2)	Nomes dos membros da Assembleia	Hora de entrada
Presidente	Antônio Augusto Ribeiro	
1º Secretário	Cláudio Alexandre O. G. e Vilas Boas	
2º Secretário	Osvaldo Lopes de Sousa Junior	
Dep. P. S.	Eduardo Jorge Ribeiro F. P. Ribeiro	
" P. S.	Carlos Roberto de Silva	
" P. S.	Audino Felipe de Araújo Neto	
" P. S.	Reniz de Lencastre Pereira Gomes	
" P. S.	Paula Alexandra Ribeiro Estêvão	
" P. S.	Pedro Miguel Rocha Frazzetto	
" P. S.	Rui Frazzetto Teixeira Ramos	
" P. S.	Sônia Tênia de Castro Pinto	
" P. S.	João Manuel Castro B. Ribeiro	
" P. S.	Francisco Audino Ribeiro Rodrigues	
" P. S.	Sus Paula dos Anjos Almeida	
" P. S.	Emília Maria Frazzetto Sousa	
P. S. P. F. G. A. L.	Sus Felipe Ribeiro Alves	
P. S. P. F. G. A. L.	José Antônio P. de Sousa	
P. S. P. F. G. A. L.	Luís Teixeira Frazzetto	
P. S. P. F. G. A. L.	Helene Cristina Alves Teixeira	
" P. F. G. A. L.	Hélder Antônio Pereira Borges	
" P. F. G. A. L.	Carlos Alberto Gomes	
" P. F. G. A. L.	Renato Frazzetto dos Santos	
Dep. Sub. P. S.	Fernando Almeida de Silva Veloso	
Dep. P. F. G. A. L.	Alexandre Nunes Faria	
Vereador	Sus Paulo Rodrigues Cruz	
Vereador	Fernando Gomes Pinto	

(1) - Ordinária ou extraordinária. (2) - Indicar, conforme os casos, Presidente, Secretários ou Vogais, inscrevendo-os por esta ordem, em letra legível, antes de cada sessão ou reunião, cabendo aos próprios apenas a assinatura. (3) - Ou nota de falta. (4) - Anotar a justificação e data da e da sessão que a consideram

Assinaturas dos que compareceram (3)	Horas de saída antes do final	Justificação da falta de comparencia (4)
Ribeiro		
Cláudio Alexandre O. G. e Vilas Boas		
Osvaldo Lopes de Sousa Junior		
Eduardo Jorge Ribeiro F. P. Ribeiro		
Carlos Roberto de Silva		(justificado)
Audino Felipe de Araújo Neto		
Reniz de Lencastre Pereira Gomes		
Paula Alexandra Estêvão		
Pedro Miguel Rocha Frazzetto		
Rui Frazzetto Teixeira Ramos		
Sônia Tênia de Castro Pinto		
João Manuel B. Ribeiro		
Francisco Audino Rodrigues		
Paula dos Anjos Almeida		
Emília Maria Frazzetto Sousa		
WTW		
João F. Almeida		
Helene Cristina Alves Teixeira		
Carlos Alberto Gomes		
Renato Frazzetto dos Santos		
Fernando Almeida de Silva Veloso		
Alexandre Nunes Faria		
Sus Paulo Rodrigues Cruz		
Fernando Gomes Pinto		